

DIREITOS DA PERSONALIDADE E SEU CONTEÚDO PATRIMONIAL

Francisco Pedro Jucá¹
Horácio Monteschio²

RESUMO

Relatos históricos, os quais nos dão conta de que havia, até bem há pouco tempo, uma prevalência dos bens corpóreos, tangíveis, mensuráveis em face do próprio homem, por conseguinte o homem era classificado em razão da sua origem de nascimento, bem como a classe a que pertencia. Com a edição da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948, consolidase a necessidade de garantir a todo o ser humano a preservação da sua dignidade, da sua integridade física, psicológica, social e moral. Entre nós, superada a controvérsia segundo a qual os direitos da personalidade já estavam relativamente presentes no Código Civil de 1916, a sua inserção na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, bem como a inscrição no Código Civil de 2002. No presente artigo busca-se demonstrar esta dupla face de defesa dos direitos da personalidade, com fundamento de que seu titular não pode dele dispor, nem tão pouco ser objeto de apropriação forçada de quem quer que seja.

Palavras chave: Direito de personalidade; direitos fundamentais; inapropriabilidade dos direitos da personalidade.

ABSTRACT

Historical reports, which tell us that there was until recently a prevalence of tangible, tangible, measurable goods in the face of man himself, therefore man was classified by reason of his birth, as well as to which it belonged.

With the Universal Declaration of Human Rights, proclaimed by the UN in 1948, the need to guarantee the dignity, physical, psychological, social and moral integrity of every human being is consolidated. Among us, overcoming the controversy that personality rights were already relatively present in the Civil Code of 1916, its insertion in the Federal Constitution of October 5, 1988, as well as the inclusion in the Civil Code of 2002. This paper seeks to demonstrate this double face of defense of the rights of the personality, on the grounds that its owner can not dispose of it, nor should it be the object of forced appropriation of anyone.

Key words: Right of personality; Fundamental rights; Inaccessibility of personality rights.

Introdução

Na antiguidade a responsabilidade recaía sobre o corpo homem. Compulsando os relatos históricos é de fácil constatação a prática de execuções de dívidas “partilhando” as partes do corpo humano entre os credores. É desta época a prática da retribuição da ofensa recebida por outra da mesma “qualidade” no famoso “olho por olho, dente por dente”. É com o renascimento, com as ideias que consagram a pessoa, como centro de direitos, que esse panorama vem a ser

¹ Pós Doutor pela Universidade de Salamanca (Espanha). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Livre Docente pela Universidade de São Paulo. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade de São Paulo. Juiz do Trabalho em São Paulo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da FADISP.

² Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Mestre em Ciências Jurídicas pelo UNICESUMAR de Maringá. Especialista em Direito Público e Direito Processual Civil pelo IBEJ, em Direito Tributário pela UFSC; em Direito Administrativo pelo IRFB; em Direito Contemporâneo pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Integrante da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Professor das Faculdades OPET, advogado.

alterado. Destarte, o avanço em suas conquistas e prestígio dos direitos da personalidade tornam-se cada vez mais importante.

1. DIREITO DA PERSONALIDADE

Ao compulsar os relatos históricos, encontramos que a tutela da personalidade já havia previsão de tutela na *hybris* grega e na *iniura* romana.

Naquela época vigiam as distinções entre classe, mantidas pelos estatutos jurídicos, os quais estabeleciam, tão-somente, distinções quantitativas.

Com o escopo de proteção ao bem comum, adotando as ideias de Aristóteles, passou-se a conceber a igualdade entre as pessoas, por conseguinte assume a noção de cláusula geral protetora da personalidade representada pela *hybris*.

Com todo o louvor a referência histórica dos direitos da personalidade, cuja origem é atribuída aos gregos, todavia, é atribuída aos Romanos a confecção da teoria jurídica da personalidade. Para o direito romano, personalidade estava circunscrita aos indivíduos que reunissem três status, a saber: o ***status libertatis***, ***status civilitatis*** e o ***status familiae***.

Há que se observar que havia, em Roma, a tutela da personalidade humana a qual era disciplinada pela *actio iniurarum*, cujos contornos representavam uma cláusula geral de proteção aos direitos da personalidade do ser humano, conforme descreve Elimar Szaniawski:

“Todavia, esta proteção não apresentava, nem poderia oferecer uma tutela da pessoa na mesma intensidade e no mesmo aspecto que hoje, principalmente devido à diferente organização social daquele povo, distante e desprezado da visão individualista que possuímos de nossa pessoa, à completa ausência de desenvolvimento as pesquisas médicas e biológicas que possuímos na atualidade e à inexistência de tecnologia e aparelhos que vissem a atacar e a violar as diversas manifestações da personalidade humana.”³

A aquisição inata da personalidade, naquela época, não assegurava a plenitude da capacidade, fazendo parte das restrições referida acima, agora citando a doutrina de José de Oliveira Ascensão:

I -A capacidade de direito, ou seja, a capacidade de ser titular de poderes e vinculações, não era reconhecida pelo direito romano a todas as pessoas. II – os escravos era objectos, ainda que a sua condição humana surgisse por

³ SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 32.

vezes à superfície e impusesse desvios na lógica do sistema. Podiam passar à categoria de libertos mediante a manumissão, ficando então homens livres, embora por vínculos recíprocos de assistência moral e matéria aos seus *patroni*. (...)a capacidade jurídica era excluída para aqueles que não fossem *sui iuris*, quer dizer, que tivessem sujeitos ao poder de um *pater familias*, e só paulatinamente esta situação foi atenuada ou abandonada.⁴

A tutela da personalidade na Idade Média, com a queda do Império Romano sofreu alterações expressivas, notadamente na sociedade e na economia da Europa Ocidental.

Tomás de Aquino entendia que a forma não era importante e sim a matéria, predominando a individualidade e a suprema dignidade do ser humano – razão da existência da pessoa. Por sua vez, Diogo Costa Gonçalves, acompanhando a doutrina tomista expressa a sua doutrina com o seguinte conteúdo:

Para a noção de natureza, reservava-se, assim a universalidade ou essência da realidade. Para a noção de pessoa, a realização própria, num sujeito determinado, dessa natureza ou realidade universal. Pessoa torna-se, assim, a forma especial ou particular de ser de uma determinada natureza.⁵

Com isso a concepção cristã de pessoa como substância racional, na imortalidade da alma e na ressurreição do corpo, representa um ente com autonomia a qual precede a dignidade. Desta forma, na visão tomista, pessoa é a expressão de dignidade.

No século XII com o fortalecimento dos grandes latifundiários, proporcionado o enfraquecimento do feudalismo europeu, tornou-se visível que nestas porções de terras não encontrávamos o mesmo avanço dos costumes, tendo por fundamento vários fatores diante das questões políticas, econômicas e sociais desse momento histórico.

Eventos como o humanismo no século XVI, o antropocentrismo forçaram os pensadores e filósofos a refletir o homem como ente que se relaciona entre si em relação a cada um dentro da sociedade.

A proteção da pessoa humana, reconhecida pelo Estado, tem suas origens no liberalismo no final do século XVII, tendo como principal fomentadora a Grã Bretanha, com seu pensamento liberal a elaboração da Declaração da Colônia de Virginia em 1776.

⁴ ASCENSÃO. José de Oliveira. **O direito introdução e teoria geral**. Lisboa : Fundação CalousteGulbenkian, 1978.p. 104.

⁵ GONÇALVES, Diogo Costa. **Pessoa e direitos da personalidade**. Coimbra, 2008.p 26.

Por sua vez, a França teve papel decisivo na elaboração da Declaração dos Direitos do Homem, através do pensamento vigoroso de Rousseau, Montesquieu e Voltaire, cujas ideias iluministas contribuíram decisivamente para a queda da Bastilha em face da revolução de 1789, sob os lemas da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

É um truísmo a ascensão do capitalismo dos séculos XVII e XVIII, com a extinção dos privilégios da nobreza e o combate ao absolutismo. O iluminismo é uma marca deixada pelo século XVIII, destacando a adoção de liberdades, igualdades, propriedade privada, mercantilismo, tolerância, formatou a possibilidade de adoção de codificações para o direito civil.

Nos séculos XVII e XVIII verificam-se importantes avanços com relação aos direitos de personalidade como um direito inerente a própria pessoa.

Sob a batuta de Gierke, Koehler e Huber, desenvolveu-se o direito de personalidade na Alemanha e Suíça, oportunidade em que fora adotado um único e genérico direito de personalidade.

Passa-se a uma nova visão sobre o direito da personalidade com a promulgação do Código Civil Alemão (BGB), o qual passa a representar um momento de grande instabilidade, na medida em que não previa em seu texto a cláusula geral de proteção à personalidade humana.

No sentido contrário aos conceitos firmados na Alemanha, trilhou a codificação Suíça, a qual inseriu em seu Código Civil mais precisamente no artigo 28, de forma patente o direito geral da personalidade, passando a Suíça a figurar na vanguarda dos direitos da personalidade no início do século passado.

Avançando em nosso tema, condena-se o texto Constitucional de 1988 pelo fato de não consagrar uma cláusula geral de proteção aos direitos de personalidade a exemplo das constantes nas Constituições Italiana e Alemã.

Sobreleva enfatizar o fato de que os direitos de personalidade não devem receber classificações, neste sentido Maria Celina Bodin de Moraes proclama de acordo com a sua doutrina:

Como já foi salientado em doutrina, a tutela da personalidade para ser eficaz, não pode ser fracionada em diversas *fattispecie* fechadas, como se fossem hipóteses autônomas não comunicáveis entre si. Tal tutela deve ser concebida de forma unitária, dado o seu fundamento, que é a unidade do valor da dignidade da pessoa. É facilmente constatável que a personalidade humana não se realiza através de um esquema fixo de situação jurídica subjetiva – o direito subjetivo -, mas sim por meio de uma complexidade de

situações subjetivas que se podem apresentar ora como poder jurídico, ora como direito potestativo ou como autoridade parental, interesse legítimo, faculdade, estado; enfim, qualquer acontecimento ou circunstância (rectius, situação) juridicamente relevante.⁶

Ao analisar os recentes textos da doutrina pátria é visível a evolução dos conceitos, bem como, o seu aprimoramento, cabe ressaltar a doutrina de Daniel Eduardo Carnacchioni:

A dignidade da pessoa humana representa um direito geral da personalidade, base de todos os demais direitos relacionados direitos especiais, como honra, liberdade, nome, imagem, vida privada, intimidade entre outros. Essa cláusula geral é ponto de referência, o valor fundamental ser objeto de tutela do Estado e a base de inúmeras situações.⁷

Ao tratar do tema dignidade da pessoa humana é relevante destacar o pensamento de citar Ingo Wolfgang Sarlet que se destaca pela clareza:

Não se pode olvidar, neste contexto, que a dignidade da pessoa humana, na sua condição de princípio fundamental e na sua relação com os direitos e deveres fundamentais (sem prejuízo de assumir, também nesta perspectiva, a condição de regra jurídica, impositiva ou proibitiva de determinadas condutas, por exemplo) possui uma dupla dimensão (jurídica) objetiva e subjetiva, que, por sua vez, pelo menos segundo a tradição jurídico-constitucional germânica, largamente difundida também entre nós, guarda relação com os valores fundamentais de uma determinada comunidade. Aliás, os princípios e direitos fundamentais são, neste sentido, expressão jurídico-constitucional (mediante a incorporação ao direito positivo, na condição de direito objetivo) de uma determinada ordem de valores comunitária, não podendo ser reduzido a direito (posições subjetivas individuais). Também por esta razão (mas não exclusivamente é que a dignidade da pessoa, do indivíduo, é sempre a dignidade do indivíduo socialmente situação e responsável, implicando deveres fundamentais conexos e autônomos)⁸.

A importância do direito da personalidade, aliado aos direitos fundamentais, representam a tutela de proteção individual, precípua que deve ser ofertada a todos indistintamente, neste sentido leciona Pedro Pais de Vasconcelos:

O fim que o direito subjectivo de personalidade visa proteger é a dignidade do seu titular, a sua dignidade enquanto pessoa, não uma pessoa em geral, nem um membro da humanidade, mas aquela pessoa única, individual e individuada, irrepetível e infungível. A dignidade humana é frequentemente agredida. Desde que há memória, é desrespeitada. A sua violação ocorre em contextos muito diferentes e de modo muito diversos. A sua defesa

⁶ MORAES, Maria Celina Bodin de. **Na medida da pessoa humana**. Rio de Janeiro : Renovar, 2010. p. 126.

⁷ CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. **Curso de direito civil**. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013.p. 195.

⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2012.p. 86.

exige meios adequados à especificidade da lesão. Por ter de ser preventiva. Se estiver consumada, já só poderá ser atenuada⁹.

É relevante destacar a posição de Leonardo Estevam de Assis Zanini, o qual alude ao fato de que os direitos fundamentais são, essencialmente, direitos da personalidade, na medida em que se relacionam com a proteção da pessoa no ambiente social, amplamente tutelada pelo estado democrático:

Daí, pode-se concluir que muitos dos direitos fundamentais são direito da personalidade, mas há direito que são enquadráveis apenas em uma das categorias, o que, no que toca ao conteúdo, demonstra apenas parcial coincidência. Ainda os direitos da personalidade são emanados sob o prisma das relações privadas, da proteção contra outros homens, enquanto que os direitos fundamentais são direitos públicos que objetivam a proteção do indivíduo contra ato do Estado¹⁰.

Cumprido destacar o fato de que os direitos fundamentais, com os direitos de personalidade, não podem figurar única e exclusivamente nos manuais e debates acadêmicos, pois a sua efetivação, a sua aplicação deve ser imediata, consoante prescreve o artigo 5º, § 1º da Constituição Federal. Neste sentido, George Marmelstein formula seu posicionamento doutrinário:

Concretizar a norma constitucional nada mais é do que retirá-la do papel e trazê-la para o mundo real. É dar-lhe vida. Fazê-la gerar os efeitos nela previstos. Efetivá-la. Enfim, é conseguir que ela deixe de ser mero blá-blá-blá constitucional para se transformar em um elemento concreto na sociedade.¹¹

Por derradeiro, feitas as considerações históricas, bem como uma abordagem, ainda que de forma resumida sobre os direitos fundamentais e direitos da personalidade, considerando que os aprofundamentos devidos possibilitariam novas considerações doutrinárias e jurídicas.

1. CONTEÚDO PATRIMONIAL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Como conteúdo patrimonial dos direitos de personalidade devem ser entendido aqueles que são inerentes à pessoa, os quais não admitem avaliação pecuniária, sendo assim descritos na lição de Silvio de Salvo Venosa, de acordo com a filosofia da teoria do valor preconizada por Immanuel Kant,

⁹ VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Direito de Personalidade**. Coimbra : Almedina, 2006. p. 57.

¹⁰ ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. **Direitos da personalidade**. São Paulo ; Saraiva, 2011. p. 62.

¹¹ MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo : Atlas, 2013. p. 64.

Diz-se que os direitos da personalidade são extrapatrimoniais porque inadmitem avaliação pecuniária, estando fora do patrimônio econômico. As indenizações que ataques a ele podem motivar, de índole moral, são substitutivo de um desconforto, mas não se equiparam à remuneração. Apenas no sentido metafórico e poético podemos afirmar que pertencem ao patrimônio moral de uma pessoa. São irrenunciáveis porque pertencem a própria vida, da qual se projeta a personalidade¹².

É de fundamental importância destacar o fato de que os direitos da personalidade assumem relevância singular quando estão a proteger à pessoa em face de toda e qualquer atuação estatal que venha a restringir, diminuir limitar tais direitos.

Na doutrina pátria, encontramos citações de que os direitos de personalidade são direitos inatos, cabendo ao Estado reconhecê-los, em face dos seguintes termos:

Entendemos que os direitos da personalidade constituem direitos inatos – como a maioria dos escritores ora atesta – cabendo ao Estado apenas reconhecê-los e sancioná-los em um ou outro plano do direito positivo – a nível constitucional ou a nível de legislação ordinária – e dotando-os de proteção própria, conforme o tipo de relacionamento a que se volte, a saber: contra o arbítrio do poder público ou as incursões de particulares¹³.

A concepção de direito inato, congênito, inerente a pessoa é uma resposta ao Estado absolutista, ao qual deveria em primeiro momento existir e ser respeitado o direito da pessoa humana centro e razão da existência do próprio direito e do Estado. Neste sentido Silvio Romero Beltrão ensina que:

A teoria do direito inato é conseqüência da reação contra o extrapolamento de poderes do Estado que acompanhou a Revolução Francesa em sua fase principal. Naquele período, pretendia-se reconhecer um direito preexistente ao Estado, reconhecido e não criado por ele¹⁴.

Os direitos de personalidade são inerentes a pessoa por toda a sua existência (*In infinitum*), como direitos inatos são necessários e são indissociáveis da pessoa por todo o período da existência física da pessoa.

Assim sendo, pode-se concluir que os direitos de personalidade são absolutos e oponíveis contra todos (*erga omnes*). Desta forma todos devem respeitar indistintamente os direitos de personalidade, bem como o seu titular pode

¹² VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Parte geral**. São Paulo Atlas, 2003.p. 150.

¹³ BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1989. p. 7.

¹⁴ BELTRÃO, Silvio Romero. **Direitos da personalidade**. São Paulo : Atlas, 2005. p. 25.

exercê-lo contra todo e qualquer ataque que lesione esses direitos fundamentais da pessoa.

Os direitos de personalidade são inatos, necessários e vitalícios. Por esta razão, mesmo que o seu titular não venha a utilizá-los, não se sirva deles não há como estabelecer um prazo para que o mesmo possa utilizá-los, fruí-los pelo simples fato que são inerentes a pessoa não havendo prazo para seu aproveitamento.

2. INEXPROPRIABILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Os direitos de personalidade são direitos extrapatrimoniais, pois seu objeto não possui valor econômico, não são mensuráveis, não podem ser objeto de penhora, comercialização e não possui valor monetário.

Quando a razão de se tratar de direitos absolutos Fernanda Borghetti Cantali, pondera,

Os direitos da personalidade atribuem ao seu titular uma série de poderes jurídicos, os quais recaem imediatamente sobre o bem jurídico tutelado, o que traduz, nas palavras de Capelo de Souza, 'uma afetação plena e exclusiva desses bens a favor de seu titular'. Tais poderes, em contrapartida, geram em todos os demais integrantes da sociedade um dever geral de abstenção, uma obrigação universal negativa. Desse modo, diz-se que os direitos da personalidade têm natureza de direitos absolutos, no sentido de serem oponíveis contra todos, prevalecem contra todos, possuem eficácia *erga omnes*¹⁵.

Para Enéas Costa Garcia os direitos da personalidade são indisponíveis, ou seja, o seu titular não pode deles dispor "Em razão da especial natureza do bem jurídico tutelado, conjugado com o caráter extrapatrimonial, os direitos da personalidade são indisponíveis"¹⁶.

Roxana Cardoso Brasileiro Borges, pondera pela possibilidade de relativização das expressões relacionadas aos direitos da personalidade, mas veja-se que a autora pondera em sua obra que tal direito é indisponível pelo seu titular, bem como ao Estado assiste o dever de preservá-lo:

A indisponibilidade dos direitos de personalidade, como uma das características desses direitos, será aqui questionada, diante das relativizações que a doutrina e a jurisprudência admitem, quando a diversas

¹⁵ CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da personalidade : disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana**. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2009.p.135.

¹⁶ GARCIA, Enéas Costa. Op.cit .p. 44.

expressões da personalidade, assim como diante das experiências vivenciadas no cotidiano da vida brasileira¹⁷.

Em relação à possibilidade de disposição dos direitos da personalidade se mostra o enunciado 4, aprovado na Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários da Justiça Federal, no período de 11 a 13 de setembro de 2002, sob a coordenação do Min. Ruy Rosado de Aguiar, que se refere ao artigo 11 do Código Civil de 2002, com o seguinte teor: “O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.”.

Na doutrina de Wanderlei de Paula Barreto extraí-se que os direitos da personalidade podem até não serem exercitados pelo seu titular, todavia, não há margem para possa renunciá-los.

O titular pode até mesmo não desfrutar ativamente certos direitos da personalidade, pode até mesmo, no âmbito da sua faculdade juridicamente reconhecida de agir ou não, deixar de buscar a tutela, em caso de ameaça ou lesão consumada a esses direitos. Não pode, contudo, de modo algum, renunciá-los, a priori, previamente abdicar, em caráter permanente e definitivo. Uma tal renúncia seria absolutamente nula, por afrontar normas de ordem pública (CC, art. 166, VII)¹⁸.

Os direitos da personalidade constituem direitos essenciais à condição humana. Mesmo no caso de haver interesse de seu titular em relativizá-lo, neste sentido cabe citar Leonardo Galvani:

Ora, uma vez que a pessoa carrega em si esses irrenunciáveis e inerentes direitos da personalidade, pode-se concluir que eles integram um conteúdo jurídico existencial, que variará de pessoa a pessoa, a ponto de formatar todas as suas situações subjetivas, patrimoniais e existenciais. Daí se entender a personalidade jurídica não apenas em face de relações patrimoniais, como originariamente é concebida pelo Estado liberal e cunhada desde 1916 até o século XXI¹⁹.

Para Adriano de Cupis “Os direitos da personalidade não podem ser eliminados por vontade do seu titular – é o que costuma exprimir-se geralmente dizendo que os direitos da personalidade são irrenunciáveis”²⁰. Isto porque, caso fosse permitido ao seu titular renunciar a esse direito fundamental, o legislador

¹⁷ BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Disponibilidade dos direitos de personalidade e autonomia privada**. São Paulo : Saraiva, 2005.p. 111.

¹⁸ BARRETO, Wanderlei de Paula. **Dos direitos da personalidade**. In: ALVIM, Arruda; ALVIN, Tereza (coords.) **comentários ao Código Civil brasileiro, parte geral**. Rio de Janeiro : Forense, 2005.v. 1. p. 114.

¹⁹ GALVANI, Leonardo. **Personalidade jurídica da pessoa humana : uma visão do conceito de pessoa no Direito público e privado**. Curitiba : Juruá, 2010.p. 68 e 69.

²⁰CUPIS, Adriano de. **Os direitos de personalidade**. Lisboa : Livraria Moraes Editora, 1961.p. 48.

incorreria em grave risco ao permitir regra que se contradiz com normas imponderáveis que comandam a existência humana.

Para melhor esclarecer o assunto, cabe destacar o caso ocorrido em Morsang-sur-Orge, na França, o Poder Executivo local embargou um evento curioso: Tratava-se de uma competição em que os participantes lançavam um anão, sendo vencedor aquele que conseguisse arremessar o anão em uma distância maior. Tendo recebido a tutela, o Poder Executivo local, conseguiu impedir a prática desta atividade de arremesso de anão, em face da violação ao direito indisponível. O recurso foi processado perante o Tribunal Administrativo de Versailles que acolheu a tese dos recorrentes autorizando a prática de tão controverso “esporte”. A decisão do Tribunal Administrativo que impedia a prática do arremesso de anão foi anulada pelo Conselho de Estado Francês, considerado o alto grau de jurisdição francesa, por entender que a dignidade do anão estava acima da sua autonomia da vontade.

Cabe ressaltar a regra contida no artigo 11 do Código Civil brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002²¹, como já ponderado acima, os direitos da personalidade podem sofrer limitações, tendo em vista a boa-fé objetiva e os bons costumes, aliado ao fato de que em havendo colisão assiste razão ao julgador ponderar, no caso concreto, para a definição do que melhor se adéqua.

Segundo a lição de Adriano de Cupis a intransmissibilidade dos direitos da personalidade é ponto essencial desse direito, como ensina: “Intransmissíveis. Nem o ordenamento jurídico pode consentir que o indivíduo se despoje daqueles direitos que por correspondentes aos bens mais elevados, tem o caracter de essencialidade”²².

A indisponibilidade, como regra encontra-se fundamentada na não possibilidade de seu titular transmiti-la de forma pessoal ou mesmo egoística, dada a importância e relevância dos direitos da personalidade. Ademais, o não uso de tais direitos, por si só, não acarreta a sua exoneração.

Defendendo a impossibilidade de transmissão dos direitos de personalidade, sempre é oportuno citar a doutrina de Adriano de Cupis, assim formulada:

²¹Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

²²CUPIS, Adriano de. Op. cit, p. 52.

De facto, nos direito da personalidade a intransmissibilidade reside na natureza do objecto, o qual, como já dissemos, se identifica com os bens mais elevados da pessoa, situados, quando a ela, em um nexos que pode dizer-se de natureza orgânica. Por força deste nexos orgânico o objecto é inseparável do originário sujeito: a vida, a integridade física, a liberdade, a honra etc. de Tício, não podem vir a ser bens de Caio por virtude de uma impossibilidade que se radica na natureza das coisas. Nem o ordenamento jurídico pode consentir que o indivíduo se despoje daqueles direitos que, por corresponderem aos bens mais elevados, dê o carácter de essencialidade²³.

Deve-se ter em mente que os direitos da personalidade, em razão da sua não inserção entre os direitos tidos como patrimoniais, não pode ser objeto de transmissão, ou seja, não pode passar de um titular para outro. Destaca-se a exceção que o exercício do direito de personalidade pode passar do titular, no caso falecido, aos seus herdeiros, mas veja-se isto é a exceção à regra.

Não há como entender como uma pessoa possa renunciar a um direito inato. Há relatos históricos da Idade Média, classificada como “morte civil” a qual pessoa renunciava a esta qualidade, assim descrito por Jeffrey Richards: “A exclusão formal da sociedade privava o leproso de seus direitos civis. Ele se tornava uma não-pessoa, impossibilitada de legar ou herdar a propriedade, de defender suas demandas em tribunal, etc.”²⁴, veja, se era entendida como morte civil. Mas, não chega a ser uma renúncia, mas uma imposição, uma extinção da vida civil por vontade de terceiro, não por deliberação do titular.

Lapidar a posição legislativa que se extrai do Código Civil Português, cujo artigo 69 determina que “ninguém pode renunciar, no todo ou em parte, à sua capacidade jurídica. Portanto, Fernando Gonzaga Jayme enfrenta o assunto com a seguinte lição:

Não resta mais espaço, hodiernamente, para a perda (anda que voluntária) de direito da personalidade, que no extremo, levaria à perda da própria personalidade (morte civil). Se assim fosse, ‘a privado absoluta da capacidade de a pessoa humana ser titular de direito e obrigações (em especial no concernente aos direito de personalidade’ transformaria o sujeito em objeto²⁵.

A previsão legal acima transcrita, designa fielmente a defesa dos direitos da personalidade, destacadamente quando abre exceção e limita estes direitos diante

²³CUPIS de, Adriano. Op. cit. p. 48.

²⁴ RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação (sex, dissence and Damnation)**. Trad. Marco Antônio Esteves da Rocha & Renato Aguiar. Rio de Janeiro ; Jorge Zahar Editor, 1993.p. 159.

²⁵ JAYME, Fernando Gonzaga. **Direitos humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos**. Belo horizonte : Del Rey, 2005.p. 121.

da possibilidade de tratamento médico. Como já referido acima, a convergência entre os direitos da personalidade e os bons costumes somente vem a corroborar a sua importância frente a possíveis violações.

Podem ser classificados como bens fora do comércio, em razão da sua impossibilidade de transação, compensação e demais modalidade de transmissão admitidas em direito, sempre em razão da essencialidade de que se reveste esse direito fundamental da pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em face das exposições constantes no texto, pretendemos destacar a importância do conteúdo e dos direitos fundamentais que revestem os direitos de personalidade.

Aliado ao desenvolvimento e consolidação, há que se considerar que mesmo direitos como os da personalidade não são absolutos, bem como seu exercício não é ilimitado, mesmo sendo inerente a pessoa e sua perpetuação deve ser sempre vista como preservação e ampla tutela da espécie humana.

Com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 houve sensível avanço no sentido de tornar os direitos de personalidade mais próximos dos direitos humanos, com o devido respeito a peculiaridade de cada um.

Mesmo nos casos concretos citados no trabalho a tônica que os mesmo vem impregnado reside no fato de que não há como o titular do direito de personalidade transigir sobre este direito tão nobre e essencial a espécie humana.

A autoridade pública deve velar para que estes direitos de personalidade sejam sempre preservados, mesmo com a recalcitrância de seu titular em não observar os princípios fundamentais que envolvem e tutelam os direitos da pessoa humana.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCENSÃO. José de Oliveira. **O direito introdução e teoria geral**. Lisboa : Fundação calousteGulbenkian, 1978.

BARRETO, Wanderlei de Paula. **Dos direitos da personalidade**. In: ALVIM, Arruda; ALVIN, Tereza (coords.) **Comentários ao código civil brasileiro**, parte geral. Rio de Janeiro : Forense, 2005.

BELTRÃO, Silvio Romero. **Direitos da personalidade**. São Paulo : Atlas, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1989.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Disponibilidade dos direitos de personalidade e autonomia privada**. São Paulo : Saraiva, 2005.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da personalidade** :disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2009.

CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. **Curso de direito civil**. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013.

CUPIS, Adriano de. **Os direitos de personalidade**. Lisboa : Livraria Moraes Editora, 1961.

GALVANI, Leonardo. **Personalidade jurídica da pessoa humana** :uma visão do conceito de pessoa no Direito público e privado. Curitiba : Juruá, 2010.

GARCIA, Enéas Costa. **Direito geral da personalidade no sistema jurídico brasileiro**. São Paulo : Editora Juarez de Oliveira, 2007.

GONÇALVES, Diogo Costa. **Pessoa e direitos da personalidade**. Coimbra : Almedina, 2008.

JAYME, Fernando Gonzaga. **Direitos humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos**. Belo horizonte : Del Rey, 2005.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo : Atlas, 2013.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Na medida da pessoa humana**. Rio de Janeiro : Renovar, 2010.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação (sex, dissenceandDamnation)**. Trad. Marco Antônio Esteves da Rocha & Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2012.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Direito de Personalidade**. Coimbra : Almedina, 2006.

JUCÁ, F.P, F.; MONTESCHIO, H. **Direitos da personalidade e seu conteúdo patrimonial**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, n.º 15, jul/dez 2016. ISSN 2175-7119.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. São Paulo : Atlas, 2003.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. **Direitos da personalidade**. São Paulo : Saraiva, 2011.